

Um olhar sobre o terceiro lugar do *além-túmulo* católico

A look about the third place beyond the Catholic afterlife

Una mirada al tercer lugar en el *más allá* católico

■
PAIXÃO, A. E. R. (2022). *No cárcere divino: Purgatório, indulgências e missas pelas almas no Rio de Janeiro setecentista*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Todos querem herdar, mas quase ninguém cumpre exatamente com o que deve para o alívio de quem morre. Por este motivo estão muitos herdeiros causando danos incalculáveis a essas almas aflitas, roubando-lhes a sua felicidade e privando-as da vista clara de Deus. [...] Semelhantes herdeiros são verdadeiros ladrões das almas do purgatório, e por isso Deus vingará tão grandes prejuízos (Couto, 1868, pp. 518-519).

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri, atuando nos cursos de graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. CV: <http://lattes.cnpq.br/4043001469234206>



Com essas palavras o padre português Manuel José Gonçalves Couto, em sua *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões*, de 1868, chamava a atenção para algo que considerava gravíssimo: a relutância de certos herdeiros em oferecer sufrágios aos mortos. Aqueles, ao dispor dos bens materiais que foram destes em vida, não deviam pensar apenas no prazer pessoal ou na economia das fortunas. Para o padre, a não realização dos sufrágios seria um roubo às almas do Purgatório, pois aumentava o tempo de sofrimento e aflições delas, ao retardar a purificação e a conseguinte entrada no Céu, onde gozariam da visão beatífica de Deus. Por isso, aos herdeiros relapsos estaria destinado futuro terrível: a vingança divina no pós-morte, provável alusão à condenação ao Inferno.

A leitura do livro *No cárcere divino: Purgatório, indulgências e missas pelas almas no Rio de Janeiro setecentista*, de Anne Elise Reis da Paixão, fez-me, em várias ocasiões, lembrar de passagens da *Missão Abreviada*.¹ Apesar dos recortes temporal e espacial díspares, era nítida a aproximação entre as representações do Purgatório nas duas obras: um lugar de expiação para as almas. Nele, elas padeceriam sofrimentos atrozes, cuja permanência temporal dependeria da experiência pessoal, calculada a partir da oposição entre a quantidade de pecados cometidos em vida *versus* as boas obras realizadas e o acesso a sacramentos católicos, como a penitência, eucaristia e unção dos enfermos. Tudo isso se unia por meio da teologia reafirmada no Concílio de Trento (século XVI). Na equação definidora do tempo de expiação purgatorial, entrariam, também, as ações piedosas dos vivos em socorro às almas, via sufrágios. O trabalho de Anne Paixão é, portanto, mais um exemplo daquilo que Michel Vovelle frisou: “é preciso apreender a morte na História e na longa duração” (2004, p. 133).

Fruto do doutorado em História, defendido em 2020 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o livro *No cárcere divino* contribui com a produção dedicada à historicidade do Purgatório e das práticas culturais a ele associadas no Brasil. Atenta à premissa de que um trabalho de história é sempre de “história contemporânea” (Croce, 1968), a autora introduz o leitor fazendo uma ponte com o momento no qual a tese foi defendida: o ano do início da pandemia de Covid-19. Ao citar a benção *Urbi et Orbi*, concedida pelo Papa Francisco a 27 de março de 2020, a indulgência plenária aos mortos durante o mês de novembro e outros atos da Igreja Católica voltados aos enfermos, seus familiares e profissionais de saúde naquele ano, Anne Paixão aponta os “paralelos com a forma pela qual a instituição eclesiástica lidava com as crises no período moderno”, indícios da permanência de uma “concepção tradicional e plurissecular da morte e da salvação” (p. 29). Devemos ter em vista que a teologia sobre o Purgatório não mudou nos últimos séculos: isso explica a continuidade das relações de piedade entre vivos (a chamada “Igreja Militante”) e mortos em processo de purificação (a “Igreja Padecente”).

A opção por uma publicação volumosa, com mais de quatrocentas páginas, talvez reflita o desejo, legítimo, da autora de reproduzir a íntegra da tese no formato livro, mesmo que isso traga alguns riscos à fruição do texto: certo desconforto visual com o tamanho das letras,

¹ Para mais informações sobre a *Missão Abreviada*, ver: Nobre & Alexandre, 2011.



citações alongadas e repetições de informações ou argumentos pelos capítulos. Todavia, os pecadilhos citados são nada diante das qualidades meritorias da obra, como o estilo do texto, o uso criativo e analítico das fontes e o adequado diálogo com a bibliografia. O objeto de pesquisa de Anne Paixão é tratado por intermédio da análise de diversas fontes: breves papais, constituições sinodais, editais episcopais, manuais de “bem-morrer”, testamentos, registros paroquiais de óbito, compromissos de confrarias etc. A autora mescla, ao longo de todo o texto, de forma desvelada, a análise quantitativa – oferecendo tabelas bem-organizadas e informativas – com a qualitativa.

De início, o livro faz apanhado da produção historiográfica dedicada ao Purgatório e à religiosidade na Idade Moderna. Se as já clássicas obras dos franceses Jacques Le Goff (1995), Michel Vovelle (2010), Pierre Chaunu (1978), Philippe Ariès (2014) e Jean Delumeau (2003) não poderiam faltar, Anne Paixão vai além: traz o que há de mais atualizado sobre os temas elencados, a partir da análise de obras publicadas no Brasil, Europa e Estados Unidos nos últimos vinte anos. O resultado é uma apreciação densa sobre o longo processo de criação e institucionalização teológica do “terceiro lugar” do Além; das contestações sofridas quando das reformas protestantes; e da forma como o Concílio de Trento o reafirmou, remodelando práticas – como a das indulgências, com vistas a indicar sua gratuidade, coibir abusos e superstições –, promovendo modelos devocionais de caráter universal, a autoridade do clero e a jurisdição paroquial, a difusão de irmandades e confrarias, a defesa dos sacramentos, a transmissão de uma “pedagogia do medo” – que, ao destacar as possibilidades de sofrimento desmesurado no Além, dava aos cristãos a ânsia de melhor prepararem-se para o fim da “vida presente” – e o reforço dos laços de solidariedade entre a Igreja Militante (vivos), Igreja Padecente (almas do Purgatório) e Igreja Triunfante (formada por aqueles que estão no Paraíso, gozando da visão beatífica de Deus).

Entre as fontes exploradas no livro, importa sublinhar o uso aparentemente inédito de 83 breves papais, disponíveis no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, concedendo indulgências por ocasião de jubileus e, especialmente, a pedido de confrarias e pessoas de prestígio. A análise desta documentação embasa o segundo capítulo, partindo da exposição teológica sobre o “tesouro dos méritos”, riqueza espiritual adquirida pelos sacrifícios de Jesus Cristo e dos mártires, usada pela Igreja Católica para justificar as indulgências e a jurisdição por parte daquela instituição sobre estas. Os fiéis podiam lucrar indulgências através da participação em jubileus, presença em procissões, visita a igrejas específicas, realização de orações mentais, recitação de ladainhas, missas em “altares privilegiados”, participação em irmandades, doação de esmolas etc. Fenômenos naturais, como o terremoto de Lisboa de 1755 e a seca que atingiu o Rio de Janeiro em 1766, também foram ocasiões para a concessão de indulgências, mediante a realização de práticas devocionais que eram expostas nos breves papais e nos editais publicados na diocese.

Anne Paixão evidencia como os processos enviados à Congregação das Indulgências e Relíquias reforçavam a crença da população no Purgatório, sendo estratégia para comutação de penas e abreviação do tempo de expiação no “terceiro lugar”. Neste cenário, as ordens terceiras e irmandades foram as que mais recorreram a tais pedidos: 79% dos processos.



Ao solicitarem tais indulgências, elas buscavam distinção frente às instituições congêneres, reforçavam devoções particulares e aumentavam o potencial de atração de mais confrades, interessados nos benefícios a serem auferidos na vida e no pós-morte: “Proporcionar a diminuição do tempo de tormentos ou a liberação das almas de irmãos defuntos do Purgatório era uma oferta irrecusável na comunidade local” (p. 197).

As associações religiosas almejavam alcançar da Santa Sé a concessão de indulgências plenárias em momentos específicos, como a entrada no sodalício ou na hora da morte dos confrades. Especialmente, interessava conquistar o benefício de terem “altares privilegiados” nos templos que sediavam as confrarias. Uma missa celebrada em prol de uma alma num altar do tipo significaria a liberação do cárcere purgatorial, remindo suas penas e garantindo o acesso ao Céu. Se a distinção dos altares dava esperança de conforto pós-morte aos confrades, também trazia a possibilidade de maior arrecadação financeira ao sodalício, via esmolas cobradas pelas missas encomendadas por pessoas interessadas em garantir alívio às suas almas ou a seus finados queridos (p. 206).

O terceiro capítulo do livro dedica-se às estratégias usadas pelos católicos do Rio de Janeiro na busca pelo “bem-morrer”, por meio do apelo aos ritos que visavam propiciar a boa passagem e integração das almas no além-túmulo. Nele, Anne Paixão informa ter dado continuidade à interpretação de um conjunto de cópias de testamentos setecentistas registrados nos livros de óbitos da Freguesia da Sé/Matriz do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, organizado e analisado pela historiadora Claudia Rodrigues (2005), que orientou a tese de Anne Paixão, e estudado por Aryanne Faustina Ferreira dos Santos (2017).

Partindo das considerações de Michel Vovelle sobre como o Purgatório seria “o ausente-presente desses atos de última vontade” (2010, p. 129), o livro *No cárcere divino* indica como a crença no “terceiro lugar” está implícita nos testamentos, mesmo sem que o espaço seja citado diretamente. A prática testamentária era recomendada pela Igreja Católica, estando presente na legislação sinodal e em manuais que orientavam os fiéis sobre a forma correta de testar, fazendo do ato uma das estratégias para garantir o conforto da alma. Por meio do exórdio, que reproduzia padrões organizacionais ensinados nas publicações sobre o “bem-morrer”, o testador afirmava a fé na Trindade e na doutrina da Igreja Católica, recorria à Virgem Maria, santos, anjos e “almas santas” – as que tinham deixado o cárcere purgatorial e alcançado o Paraíso, habilitando-se como intercessoras para os vivos –, demonstrando devoções pessoais, ao mesmo tempo em que apelava à advocacia daqueles na conquista da piedade divina no momento determinante do “juízo individual” – a ocorrer logo após a morte, ocasião na qual a alma ré receberia o veredito sobre seu local de destino: Céu, Purgatório ou Inferno – e na diminuição do tempo de expiação no “terceiro lugar”.

O registro sobre a participação em confrarias, o pedido de mortalhas específicas, a indicação do local de sepultura, a solicitação por missas de corpo presente e posteriores ao enterro, a distribuição de esmolas entre os pobres, o desejo por ofícios fúnebres cantados, o reconhecimento de dívidas materiais e espirituais, a libertação de escravizados, a destinação de legados à igrejas e obras pias, entre outras informações inseridas nos testamentos provam a onipresença do Purgatório no imaginário e nas práticas devocionais do período.



O último capítulo do livro é dedicado ao considerado mais eficiente dos sufrágios: a missa. A preponderância do sacrifício eucarístico e sua eficácia para vivos e mortos é mais um exemplo do que o Concílio de Trento ratificou e a ação pastoral da Igreja reverberou. Partindo das requisições presentes nos testamentos, Anne Paixão destrincha a ânsia dos católicos em garantir o máximo de celebrações eucarísticas possíveis em intenções de sua alma, inclusive indicando os locais onde deviam ser celebradas: espaços dedicados a santos de devoção, ligados a irmandades e ordens terceiras, altares detentores de privilégios indulgenciais etc.

A quantidade de atos litúrgicos solicitadas nos testamentos variava de acordo com as consciências individuais dos testadores e, principalmente, com as posses destes, indo de poucas unidades a quantidades astronômicas, como a do português Nicolau da Costa Guimarães, morto no Rio de Janeiro, em 1795. Entre missas de corpo presente – realizadas de forma imediata ao falecimento e nos dias seguintes – e missas a serem dedicadas à sua alma, familiares mortos, pessoas com quem teve negócios e santos, ele requereu cerca de 14.000 celebrações, o que representaria custos superiores a vinte contos de réis (pp. 382-383).

Não por acaso, a abundância de gastos com missas e legados voltados a igrejas, conventos e confrarias chegou a preocupar o Estado, pois a prática causaria o empobrecimento das famílias. Na época pombalina (1750-1777), mudanças legislativas coibiram a destinação da “terça” parte dos bens para o usufruto das almas. Todavia, Anne Paixão indica: tais medidas tiveram pouco efeito nos pedidos de missas dos testamentos pesquisados, posto que, mesmo quando a legislação fixou o montante máximo de 400\$000 (quatrocentos mil réis) para tal destinação, o valor seria suficiente para realização de cerca de 1.250 celebrações eucarísticas, muito acima da média presente na documentação (p. 402).

Em um livro tão bem documentado é difícil encontrar ausências. Entretanto, algumas interpretações equivocadas escaparam. Uma delas diz respeito à apreciação de gravura publicada no folheto *Supplica das Benditas Almas do Purgatorio, e devoção utilissima...*, de frei Apolinário da Conceição (1746, p. 15). A imagem representa a clássica cena do Calvário, inspirada no evangelho de João (19, 26-27): “Jesus vendo sua mãe e, perto dela, o discípulo que mais amava, disse à sua mãe: ‘Mulher, eis o teu filho!’ Depois disse ao discípulo: ‘Eis a tua mãe!’”. É a partir dessa hora, o discípulo a recebeu em sua casa” (Bíblia de Jerusalém, 1985, p. 2036). A passagem tem importância fulcral para o culto mariano entre os católicos, pois, ao apresentar Maria como “mãe”, Cristo não estaria se dirigindo apenas ao “discípulo que mais amava” – que a tradição diz ser São João Evangelista –, mas a “todos os discípulos que Jesus amou em todas as fases da história e, por extensão, de toda a Igreja do passado e do presente” (Pelikan, 2000, p. 37). Devido à importância teológica e de piedade contida na imagem publicada na obra de Apolinário da Conceição, salta aos olhos o equívoco de Anne Paixão ao descrever o ícone como: “Jesus crucificado, ladeado pelos pais” (p. 141).

O equívoco contrasta, inclusive, com outro trecho do trabalho, quando a autora cita o culto a São José como “patrono da boa morte” (p. 82). A tradição sobre o tema foi sendo construída a partir de evangelhos apócrifos, como o livro *História de José, o Carpinteiro*, escrito entre os séculos VI e VII. O apócrifo afirma que o “ancião justo” teria morrido aos 111 anos de idade, no ambiente familiar, na cama, sob os cuidados da esposa e de Jesus, tendo a alma sido



levada à “morada dos pios” pelos arcanjos Miguel e Gabriel (Evangelhos Apócrifos..., 2023, pp. 247-265). Se, na Idade Média, a figura de São José chegou a ser alvo de intepretações cômicas por parte do catolicismo popular, a representá-lo como “louco” e “corno”, a partir do Concílio de Trento, “o clero parece ter tentado persuadir os fiéis a levá-lo mais a sério” (Burke, 2010, p. 310). O santo passou então a ser cultuado como patrono da Igreja e as representações de “São José agonizante” ao lado de Maria e Jesus tornaram-se símbolos do bem-morrer, visto como a “coroação de uma boa vida” (Vovelle, 2010, p. 130). Portanto, a tradição e o patronato dos moribundos situaram a morte de José como cronologicamente anterior à crucificação do filho adotivo, o que reforça o equívoco na apreciação da gravura em questão.

Esse e outros pequenos equívocos representam pouco diante da contribuição da obra *No cárcere divino* para a historiografia. Para finalizar, recordo o trecho em que a autora resume um dos objetivos do livro: “Ao final da leitura do trabalho, espero que as palavras do papa Francisco e as ações da Igreja Católica no contexto da pandemia soem mais familiares e compreensíveis ao leitor”, afinal, o “temor da morte, sua imprevisibilidade e o incerto destino da alma no *post mortem* justificam as práticas do passado e do presente” (p. 35). É notório que a autora conseguiu alcançar com louvor o que ambicionava, aproximando o ontem e o hoje. Novas pesquisas irão partir do livro para mais descobertas sobre a forma como os brasileiros de outrora olhavam com esperança e medo para o “terceiro lugar” do além-túmulo.

Referências bibliográficas

Ariès, P. (2014). *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp.

Bíblia de Jerusalém. (1985). São Paulo: Editora Paulus.

Burke, P. (2010). *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.

Chaunu, P. (1978). *La mort à Paris: 16e, 17e, 18e siècles*. Paris: Arthème Fayard.

Conceição, A. (1746). *Supplica das Benditas Almas do Purgatorio, e devoção utilíssima, que para alívio das pennas, que padecem...* Lisboa: Offic. de Jozé Antonio Plates. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0410/bndigital0410.pdf.

Couto, M. J. G. (1868). *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões*. Porto: Typ. de Sebastião José Pereira. <https://purl.pt/14841>.

Croce, B. (1968) *Theorie et l’Histoire de l’historiographie*. Paris: Droz.

Delumeau, J. (2003). *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. São Paulo: Edusc.

Evangelhos Apócrifos gregos e latinos. (2023). São Paulo: Companhia das Letras.

Le Goff, J. (1995). *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa.



Nobre, E. S. & Alexandre, J. F. (2011, maio). A Missão Abreviada: práticas e lugares do bem-morrer na literatura espiritual portuguesa da segunda metade do século XIX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 4(10), 97-116. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30385/15965>

Pelikan, J. (2000). *Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, C. (2005). *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Santos, A. F. F. (2017). *O 'fazer testamentário' no teatro do bem morrer católico no Rio de Janeiro setecentista*. [Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro].

Vovelle, M. (2004). *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.

Vovelle, M. (2010). *As almas do purgatório ou o trabalho de luto*. São Paulo: Editora Unesp.

Recebido em: 4 de junho de 2024

Aprovado em: 10 de junho de 2024

